

A UNIVERSIDADE BRASILEIRA: O CASO DA USP (1950-1977)

MARLI GUIMARÃES HAYASHI*

RESUMO

Criada em 1934, a Universidade de São Paulo (USP) tinha como um de seus propósitos formar uma nova elite dirigente. Entretanto, segundo seus fundadores, o advento do Estado Novo em 1937, desvirtuou a instituição dessa tarefa. A partir dos anos 50, o jornalista Paulo Duarte passou a denunciar os problemas existentes na USP que teriam se agravado com o golpe de 1964. O propósito deste artigo será abordar a trajetória da Universidade de São Paulo, bem como, o do ensino superior no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Universidades brasileiras, Universidade de São Paulo, Ensino Superior, USP, Política Educacional.

ABSTRACT

Founded in 1934, the University of São Paulo (USP) proposal was to graduate a new administrative elite. However, according to their founders, New State advent in 1937, removed proposal. Since the 50's the journalist Paulo Duarte started to uncover problems existent at USP that got worst after 1964 coup d'état. This article intends to approach University of São Paulo journey as well as, Brazil's higher educational level.

Key words: Brazilian university, Universidade de São Paulo, USP

* Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP) e professora da Faculdade Cantareira

INTRODUÇÃO

No dia 25 de janeiro de 2004, a Universidade de São Paulo (USP) completou 70 anos de sua fundação. O propósito deste trabalho é apresentar um histórico da instituição, pelo olhar de um de seus fundadores, o jornalista e intelectual Paulo Duarte. Na condição de “feitor ciumento e intransigente”, segundo definição de Florestan Fernandes, Duarte sempre defendeu a USP, mas apontava seus desacertos, bem como os do ensino superior brasileiro na sua totalidade. Ele entendia que "a tropa de choque do Brasil, e de qualquer país que se tenha por civilizado, é a Universidade que possui"¹. Mas, no caso brasileiro, Duarte mostrou-se bastante pessimista com essa tropa de choque.

Advogado e jornalista, Paulo Duarte foi um participante ativo da vida política e cultural brasileira, sobretudo, paulista. No início dos anos 50, criou e dirigiu a revista **Anhembi**, uma publicação de periodicidade mensal, que durou até novembro de 1962. Definida como uma revista de cultura, a **Anhembi** congregava em suas páginas autores de diversas nacionalidades e áreas. Tendo como colaboradores, entre outros, Florestan Fernandes, Maria Isaura Pereira de Queirós, Roger Bastide, uma das maiores contribuições da revista foi abrir espaço para a divulgação das pesquisas acadêmicas numa época em que não havia muitos veículos destinados a esse fim. Nas páginas da **Anhembi**, Duarte também relatou os problemas existentes na Universidade de São Paulo.

¹ Comissão Especial de Inquérito sobre a USP – Íntegra dos esclarecimentos prestados pelo professor Paulo Duarte em 12 de maio de 1977. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 23 de agosto de 1977.

Outra importante atuação do jornalista no campo cultural foi na preservação do patrimônio cultural e artístico. Juntamente com Luís de Castro Faria e José Loureiro Fernandes, Duarte iniciou um movimento de preservação e defesa das jazidas pré-históricas existentes no litoral brasileiro as quais estavam sendo destruídas desde o século XVI. E foi o introdutor dos estudos pré-históricos na USP criando, em 1962, o Instituto de Pré-História, do qual permaneceu como diretor até 1969, quando foi expulso pelo regime militar.

O descontentamento de Paulo Duarte com o ensino superior brasileiro começou com a decadência da USP, a partir da intromissão da política partidária da Universidade, tornando-a, segundo o jornalista, completamente desorganizada. Os verdadeiros professores e pesquisadores foram expulsos, porque incomodavam o governo e permaneceram apenas aos que agradavam os poderes públicos. Por esse motivo, Paulo Duarte considerava a reabilitação da USP impossível e a decadência do ensino superior brasileiro um fato consumado. Sua avaliação pessimista e amargurada decorre da visão de um intelectual que participou ativamente do surgimento da Universidade de São Paulo, defendendo seus princípios fundadores intransigentemente.

Paulo Duarte tinha uma forte amizade com Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal **O Estado de S. Paulo**. Foi o “grupo do Estado” o responsável pela fundação da Universidade de São Paulo, em 1934. Dois anos antes, a elite paulista havia saído derrotada de um conflito com o

governo federal, a Revolução Constitucionalista de 1932. O surgimento da USP visava a três aspectos: a preocupação com uma eventual autonomia do Estado, que partia do cultural para atingir o político e o econômico; o empenho na formação de uma elite econômica capaz, imune às possíveis influências do governo federal contrárias aos interesses do Estado; e, sobretudo, a uma aspiração de reconquista de hegemonia totalmente perdida com a derrota de 1932². Duarte colaborou ativamente na escolha e indicação dos professores estrangeiros que vieram lecionar na instituição. Contudo, seu nome não consta no projeto de fundação da Universidade de São Paulo³. O objetivo maior do “grupo do Estado” era formar elites dirigentes; por esse motivo Simon Schwartzman entende que a exclusão do nome de Paulo Duarte refletia a atmosfera da época:

Talvez a presença do nome de Paulo Duarte fosse excessivamente marcante para uma iniciativa desta envergadura que dependesse de uma descaracterização política para que se pudesse realizar e lançar raízes enquanto projeto político de reconquista da hegemonia perdida⁴.

Como afirma Sartre, o "intelectual é alguém que se mete no que não é da sua conta", a fim de contestar o conjunto das verdades recebidas e das condutas que nelas se inspiram⁵. Por isso, apesar de ter sido preterido, o jornalista declarava-se um de seus fundadores, sendo que, segundo ele, sua grande contribuição para a Universidade de São Paulo foi a de anular a

² SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Nacional, Rio de Janeiro: Finep, 1979, p. 195.

³ A comissão que elaborou o projeto para a fundação da Universidade de São Paulo era formada por: Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo, Antônio Almeida Júnior, A de Sampaio Dória, Agésilau A Bitancourt, Vicente Rao, F. A da Fonseca Telles, Cristiano Altenfelder Silva e Henrique Rocha Lima.

⁴ SCHWARTZMAN, Simon, op. cit., 203.

oposição das grandes Escolas – Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Escola Politécnica – diante das chamadas pequenas. Assim, a Farmácia, a Odontologia, a Veterinária e a Agronomia teriam sido aceitas, inclusive, com igualdade de condições, no Conselho Universitário.

Congregar as chamadas “três grandes Escolas” – as Faculdades de Direito e de Medicina e a Escola Politécnica – à Universidade de São Paulo e construir o espírito universitário eram os objetivos dos mentores. Caberia à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências (FFLC) fazer esta integração, por isso, era considerada a “alma da Universidade”. A FFLC seria o local onde se desenvolveriam os estudos de cultura livre e desinteressada, ministrando os cursos básicos para todas as escolas profissionais, evitando a fragmentação do saber ocasionada pela crescente especialização⁶. Segundo Paulo Duarte, era na Faculdade de Filosofia que a mocidade brasileira aprenderia a pensar. Disciplinas como a Sociologia, a Filosofia, a Matemática, a Economia Política, a Biologia seriam ministradas com elevado espírito de humanização e de civilização, a fim de tornar menos acanhadas e estreitas a mentalidade dos cursos das velhas faculdades existentes. A Faculdade de Filosofia, assegurou Duarte, seria o local onde os alunos de diferentes cursos se encontrariam, formando o verdadeiro espírito universitário⁷.

Esse ideal pregado por Paulo Duarte não era fácil de ser realizado. As “grandes Escolas” consideravam-se núcleos dinâmicos do sistema de

⁵ SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994, p. 14.

⁶ PAULA, Maria de Fátima Costa de. *A modernização da universidade e a transformação do perfil da inteligência universitária: casos USP e UFRJ*. 1998. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

⁷ Melancólico epílogo de uma crise universitária, *Anhembi*, São Paulo, v. 30. n. 89, p. 304-314, abr. 1958.

ensino, possuindo, também, prestígio e poder. Com a criação da USP foram inevitavelmente incorporadas e passaram a dominar o Conselho Universitário, atuando de maneira conspirativa e anti-universitária⁸.

Para os criadores da universidade paulista, o modelo inspirador era o alemão defendido desde os anos 20, por Júlio de Mesquita Filho. De acordo com Maria de Fátima de Paula, há várias semelhanças entre o modelo alemão e o que foi instituído na USP nas suas origens, isto é, relação intrínseca entre pesquisa e ensino; valorização da formação geral e humanista; relativa autonomia da instituição com relação ao Estado e aos poderes políticos; concepção idealista e não-pragmática de universidade, ao invés da concepção da universidade como prestadora de serviços ao mercado e à sociedade; afastamento entre intelectuais e poder político e concepção liberal e elitista de universidade⁹. Embora influenciada pelo modelo alemão, os primeiros professores que vieram lecionar na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências foram, sobretudo, os franceses. A maioria dos contratados estava em início de carreira como, por exemplo, Claude Levi-Strauss (Antropologia), Pierre Monbeig (Geografia), Roger Bastide (Sociologia), Fernand Braudel (História) e Jean Maugué (Filosofia).

A Universidade de São Paulo, representada pela FFLC, foi criada para formar uma nova elite dirigente, pautada no espírito liberal de seus idealizadores. Mas a presença dos professores estrangeiros, que contribuíram com um pensamento crítico e pluralista, e a entrada, a partir

⁸ FERNANDES, Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 33-34.

⁹ Ibidem, p. 15.

de 1936, de alunos oriundos das classes médias, criou uma contradição entre o ideal liberal-elitista e o espírito militante surgido na Faculdade de Filosofia. Apesar das divergências, a Universidade de São Paulo manteve-se na tarefa de educar cérebros para pensar de modo claro, seguro, pessoal, formando um pensamento crítico¹⁰.

Essa missão teria durado até novembro de 1937, quando se iniciou o Estado Novo, governo ditatorial do presidente Getúlio Vargas, que durou até 1945. Os novos rumos da política brasileira foram sentidos na Universidade de São Paulo. O projeto liberal deixou de existir a instituição passou a ter um perfil profissionalizante e os professores estrangeiros foram expulsos. Em 1938, Ademar de Barros, interventor de São Paulo, ameaçou fechar a Faculdade de Filosofia. Do exílio, motivado pelo novo regime, Paulo Duarte articulou-se para evitar esse desfecho. Mesmo não havendo o fechamento, o jornalista e seus pares acusavam o Estado Novo de ter desvirtuado completamente os rumos da instituição. Nas palavras de Mesquita Filho, “não a quiseram tal qual a ideamos”, fazendo referência aos núcleos criadores de um pensamento crítico que se desenvolveram no interior da Universidade¹¹.

Apesar das críticas, as décadas de 50 e 60 foram efervescentes para a instituição como centro de estudos, idéias e de pesquisas. Isso, porém, não impediu que, ainda nos anos 50, Paulo Duarte apontasse os graves problemas existentes na Universidade de São Paulo. Nas páginas da

¹⁰ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9 ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 145.

¹¹ CARDOSO, Irene. Parabéns por quê?. Entrevista a **Senhor**. São Paulo, 8 de fevereiro de 1984 APUD Witter, José Sebastião. **USP 50 anos**: registro de um debate. São Paulo: Reitoria da Universidade de São Paulo, 1984, p. 26.

revista **Anhembi**, ele demonstrava a deprimente situação vivida pela USP com a concessão de títulos de *doutor honoris causa*. Ele acusou o Conselho Universitário de ter perdido a noção de dignidade universitária devido à distribuição de títulos, revelando o relaxamento moral e a desmoralização também atingiram a Universidade. Tal situação levou Júlio de Mesquita Filho a devolver, em 1955, o seu título, concedido em 1934, sob a alegação de que a Universidade outorgava lãureas a “indivíduos cuja vida política se resume numa desabalada corrida às posições de mando e que se dispuseram a participar de golpes contra as instituições democráticas”¹². Dois casos notórios foram os do ex-presidente Getúlio Vargas e o do ex-interventor federal em São Paulo, Ademar de Barros. Acatando a proposta da Congregação da Faculdade de Direito, o Conselho Universitário agraciou o presidente em 1941, mas devido ao protesto dos estudantes, Vargas agradeceu e declinou o convite. Ademar de Barros, a quem Paulo Duarte acusava de expulsar os professores estrangeiros, ganhou a honraria em 1941, recebendo-a em 1947¹³. O gesto de Júlio de Mesquita Filho teria causado constrangimento na Universidade, mas o Conselho Universitário, “guardião moral da Universidade”, não enfrentou o próprio erro. O diretor da **Anhembi** não poupou críticas ao Conselho, lembrando a necessidade de o órgão ser limpo, íntegro e respeitável para que a Universidade obtivesse a autonomia necessária. E lembrou que antes da criação da USP, o ensino universitário no Brasil se arrastava, com pequenas, passadas e murchas

¹² Doutor Honoris Causa. **Anhembi**. São Paulo XXI (61): 534-538, dezembro de 1955.

¹³ A concessão do título de Doutor Honoris Causa a Getúlio em 29 de outubro de 1941, ocorreu na gestão do professor da Faculdade de Direito, Jorge Americano. O de Adhemar de Barros foi concedido na do professor Domingos Rubião Meira, da Faculdade de Medicina, e entregue durante a gestão do professor Linneu Prestes, da Faculdade de Odontologia.

glórias, como era o caso, em São Paulo, da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Direito e da Escola Politécnica¹⁴.

Para modificar essa situação, foi criada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências (FFLC), que seria o centro gravitacional da Universidade de São Paulo ou, nas palavras de Paulo Duarte, a "alma da instituição". A fim de modernizar o ensino e impor a legítima pesquisa científica, foram contratados professores estrangeiros. E para formar os sucessores, os idealizadores da Universidade de São Paulo planejavam selecionar os melhores alunos de cada turma da FFLC, enviá-los ao exterior para aperfeiçoamento, por cerca de quatro a cinco anos, quando, então, retornariam e estagiariam com os professores estrangeiros, para posteriormente, substituí-los. Com os acontecimentos de 1937, afirmava Duarte, pessoas inidôneas ocuparam postos importantes e a Faculdade de Filosofia foi dominada por simuladores de cultura. Em sua opinião, a Faculdade continuou, cerca de vinte anos depois, decadente e tomada por mediócras. Isso acarretou conseqüências à Universidade de São Paulo como um todo, pois a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras deveria "ser a mais limpa de todas, à qual cabia dar o exemplo"¹⁵.

Para Paulo Duarte, a Universidade estava cada vez mais decadente, porque fora invadida pela mediocridade desonesta. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em sua análise, era a responsável direta pela situação degradante. A regra dos concursos realizados na USP era a de candidatos e

¹⁴ Professor da Faculdade de Medicina Veterinária, Gabriel Silvestre Teixeira de Carvalho ocupou a função de 10 de maio de 1957 a 09 de maio de 1960. Revolução universitária de baixo para cima. **Anhembi**. São Paulo XXXIV (102): 641-645, maio de 1959.

bancas fracas, contudo, na Faculdade de Filosofia, Duarte apontava a existência de:

um pequeno grupo de professores que se arvoram em proprietários de cátedras. Gabam-se mesmo, esses figurantes, da habilidade com que manobram o Conselho Universitário em que, infelizmente, a ação vigilante de uma minoria honesta é abafada pela ação ativíssima de uma panelinha para a qual a politiquice de grupos deve dominar sobre a política universitária¹⁶.

Esses professores politiquieiros, prosseguiu o jornalista, eram autênticas chocadeiras de professores medíocres, porém úteis à panelinha de seu criador. O diretor da **Anhembi** afirmava haver na Faculdade concursos nos quais candidatos completamente incompetentes eram aprovados com notas altas. Muitas bancas examinadoras não conheciam “nem por boato” a matéria a ser argüida. Um desses casos teria ocorrido na banca de Psicologia Educacional, na qual havia um professor de Zoologia e outro de Biologia. Alegando falta de tempo, esse mesmo professor de Zoologia recusou-se a participar de uma banca para cadeira de História Natural, que se realizaria em data próxima à da Psicologia. Ou seja, sentindo-se lisonjeado com o primeiro convite, o professor optou por participar da argüição de uma matéria da qual nada entendia¹⁷. Atitude completamente diferente foi a do ex-diretor do Instituto Biológico, professor Henrique da Rocha Lima. Ao ser convidado para participar como examinador de um concurso de tupi-guarani, ele externou sua indignação, classificando o convite como sendo de mau gosto¹⁸.

¹⁵ Melancólico epílogo de uma crise universitária. **Anhembi**. São Paulo, vol. 30, n. 89, p. 304-314, abril de 1958.

¹⁶ Faculdade de Filosofia. **Anhembi**. São Paulo XXIII (68): 350-354, julho de 1958.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ Doutor Honoris Causa. **Anhembi**. São Paulo XXV (73): 102-109, dezembro de 1956.

De uma maneira geral, a maioria dos professores, segundo Paulo Duarte, preocupava-se apenas com os proventos financeiros da carreira, não cumprindo o seu dever, faltando às aulas, mantendo-se afastados dos alunos. A busca por altos salários passou a ser o grande ideal, inclusive dentro do Conselho Universitário, cuja eficiência conseguiu elevar o salário de alguns professores. Paulo Duarte entendia que os professores eram sacerdotes de uma importante missão:

Eles é que completam a formação da mocidade iniciada no lar através dos pais. Muitas vezes têm eles que retocar o caráter do aluno malformado na casa por pais incompetentes. Por isso, quando se vêem professores dando tais péssimos exemplos de se concorrerem nessa pouco decente corrida por vencimentos absurdos, de cumprirem mal o seu dever, faltando às aulas, alguns praticamente não dando aulas, pontuais só na hora do recebimento e sem o necessário contato com os alunos, razão têm os homens dignos para acreditar que tudo está mesmo liquidado.¹⁹

Por esse motivo, criticou a fundação sem critérios de Faculdades de Filosofia no interior do Estado de São Paulo, na qual não havia viabilidade didática ou cultural. Muitos dos professores dessas escolas saíam da capital, uma ou duas vezes por semana, para lecionar, comprovando o interesse eminentemente financeiro no magistério. Na opinião do jornalista, o professor que agia dessa forma era apenas um burocrata, recebendo vencimentos como docente. Essa situação impossibilitaria qualquer envolvimento com o trabalho, desconhecendo os alunos e dando um tipo de aula que classificava como um "comíciozinho de prosa fiada"²⁰. Duarte acreditava que um dos deveres precípuos de um professor era o convívio íntimo com o aluno, conforme definição da palavra *universitas* que "todos

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Comissão Especial de Inquérito sobre a USP – Íntegra dos esclarecimentos prestados pelo professor Paulo Duarte em 12 de maio de 1977, op. cit.

têm de ficar juntos, todos têm de aprender juntos, porque o aluno aprende com o professor e o professor, se for bom professor, aprende todos os dias com o aluno também"²¹. Se o ensino não fosse devidamente policiado, o jornalista acreditava que tais situações não ocorreriam. O próprio reerguimento da Universidade de São Paulo dependia, em sua opinião, da integridade da Faculdade de Filosofia porque:

[...] no dia em que a Congregação da Faculdade de Filosofia readquirir uma autoridade inabalável, coesa, sólida, nesse dia não haverá mais crises e será impossível a existência de um conselho universitário da qualidade desse que aí está, onde muitas vezes, uma decisão contrária aos interesses universitários se aprova com maioria obtida através de ameaças de professores a outros professores, invocando-se faltas passadas, para coagi-los a endossar o erro presente que beneficia um ou alguns deles apenas²².

A Faculdade de Filosofia não se reabilitou, como esperava Paulo Duarte, e o golpe militar, ocorrido em abril de 1964, agravou os problemas da Universidade de São Paulo como um todo. Antes do movimento, declarava Duarte, vários ministros do governo do presidente João Goulart, que fora deposto, foram à USP “fazer a demagogia com os estudantes” e eram recebidos por professores e diretores das Faculdades. Após o golpe, muitos professores aderiram ao novo governo, deixando os alunos perplexos, pois haviam sido chamados por esses mesmos professores para aplaudir o regime anterior. Para o jornalista, os acontecimentos de 64 permitiram que mediocres e “analfabetos”²³ tomassem a Universidade de São Paulo. Muitos docentes acabaram sendo intimidados e grande parte se ajustou

²¹ Ibidem.

²² Revolução universitária de baixo para cima. **Anhembi**. São Paulo XXXIV (102): 641-645, março de 1958.

²³ Paulo Duarte entendia que o conceito de analfabeto não se resumia ao indivíduo que não sabia ler, mas a todas as “categorias brasileiras” como a do “analfabeto que aprendeu a ler e não entende o que lê”.

completamente à nova situação imposta em 64. Estes, na visão de Paulo Duarte:

Deixaram de ser professores, porque ser professor é outra coisa, é uma posição e uma profissão, aliás, de sacerdote, porque o professor verdadeiro tem de estar à disposição do estudante, dia e noite. E essa gente que está aí na Universidade, grande parte dela, tem por ideal uma Universidade sem aluno, porque aluno dá muito trabalho²⁴.

A partir de abril daquele ano, a Universidade começou a conviver com um mecanismo repressivo. A reitoria não apresentou resistência à repressão policial, sendo, na verdade, conivente. Buscava-se, sobretudo, intimidar professores, alunos e funcionários. Menos de dois meses depois do golpe, Paulo Duarte, numa carta endereçada a Júlio de Mesquita Filho, narrou as arbitrariedades sofridas pela Universidade, como a invasão policial na Faculdade de Filosofia, acarretando prejuízos materiais, além da detenção de alunos e professores²⁵. O protesto de Paulo Duarte enviado ao dono do jornal **O Estado de S. Paulo** já denunciava a implantação do terrorismo cultural na Instituição.

Em 1962, Paulo Duarte conseguiu realizar seu maior sonho – criar na USP o Instituto de Pré-História (IPH). O órgão, do qual era diretor, possibilitou-lhe ingressar na Universidade como professor. Ao estudar o campo científico, Pierre Bourdieu afirma que os julgamentos sobre a capacidade científica de um pesquisador ou estudante estão apenas vinculados, no transcurso de sua carreira, pelo conhecimento da posição que ele ocupa nas hierarquias instituídas – as universidades, por exemplo. Dessa

²⁴ **Folha de S. Paulo**, São Paulo, de 26 de junho de 1977. Suplemento Folhetim, n. 23.

forma, a busca pela aquisição de uma autoridade científica (prestígio, reconhecimento etc.) tem sempre uma dupla face, assim como as estratégias que tendem a assegurar a satisfação desse interesse²⁶. No caso de Paulo Duarte, pouco adiantou seu esforço, os meios universitários aos quais desejava integrar-se não lhe deram o reconhecimento esperado.

A denúncia que fizera a Mesquita Filho sobre a implantação do terrorismo cultural confirmou-se, quando o reitor da USP nomeou uma comissão para investigar atividades subversivas na instituição. Essa comissão de expurgo arrolou 52 pessoas, das quais 44 eram professores, como candidatos à suspensão dos direitos políticos por concluir “serem realmente impressionantes as infiltrações das idéias marxistas nos vários setores universitários, cumprindo sejam afastados daí os seus doutrinadores e os agentes dos processos subversivos”²⁷.

Na condição de diretor de um instituto científico, Paulo Duarte era membro do Conselho Universitário. E manifestava, tanto no Conselho, quanto publicamente, seu descontentamento com a situação vigente, sobre as invasões policiais em prédios da Universidade, prisões de professores e nomeação da comissão de expurgo. O ápice de suas denúncias ocorreu quando, numa entrevista a um jornal, acusou a Universidade de implantar o terrorismo cultural, com professores medíocres delatando colegas para se apossarem de cargos e funções. Criticou a existência da cátedra vitalícia na USP, para a qual o concurso era uma farsa entre amigos. Conquistada a

²⁵ A carta foi publicada em **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 15/5/1964. APUD ADUSP. **O livro negro da USP: o controle ideológico da Universidade de São Paulo**. São Paulo: ADUSP, 1978, p. 12-14.

posição, o professor catedrático pouco ou nada fazia em benefício dos alunos e da Universidade²⁸. Estes, ganharam de Paulo Duarte o apelido de “rinocerontes”; por duas razões: uma delas era o fato do animal ser míope; a outra razão ligava-se a peça *Le Rhinocéros*, do dramaturgo Eugène Ionesco. Nessa obra, Ionesco fez uma sátira àqueles que, na II guerra, não reagiram a ocupação alemã na França, por não abrirem mão de uma vida confortável e tranqüila, garantida pelos invasores aos que não resistissem, nem criassem problemas²⁹.

As denúncias de Paulo Duarte não eram inéditas, tampouco traziam novidades. Eram uma continuação do que ele havia escrito nas páginas da **Anhembi**, nos anos 50. No entanto, tornaram-no a “figura mais incômoda de toda a USP”³⁰ e, em abril de 1969, Duarte foi compulsoriamente aposentado. Ao ingressar na instituição em 1962, Paulo Duarte não tinha o capital científico necessário para atuar naquele campo. E, como afirma Pierre Bourdieu, sempre que os recursos científicos se acumulam, é importante acumular o capital científico para ter acesso aos problemas e instrumentos científicos, isto é, a luta científica (direito de entrada)³¹. Sem o instrumental necessário, o intelectual Paulo Duarte deixou o campo.

²⁶ ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p. 123-124. (Coleção Grandes Cientistas Sociais: 39)

²⁷ ADUSP, op.cit., p. 16.

²⁸ A entrevista feita pelo repórter Guido Fidélis recebeu o título de “Realidade Universitária – Professor denuncia: terrorismo cultural e cátedra vitalícia impedem desenvolvimento da USP”, **A Gazeta**, São Paulo, 11 de maio de 1965. APUD Duarte, Paulo. **Processo dos Rinocerontes**: razões de defesa e outras razões . . . São Paulo: [s.n], 1967, p. 161.

²⁹ DUARTE, Paulo. op. cit., p. 36-37.

³⁰ ADUSP, op. cit., p. 30

³¹ ORTIZ, Renato (org.), op. cit., p. 143.

O afastamento não impediu Duarte de continuar apontando os problemas não só da instituição que ajudou a fundar mas também do ensino superior brasileiro. Em meados dos anos 70, ele apontava a má qualidade do ensino básico, com professores sem formação adequada, como um dos fatores para a derrocada do ensino superior. Mal preparados, os alunos ingressavam na universidade que, nas duras palavras de Duarte, abria "as portas a todos os ignorantes"³². Uma consequência dessa situação era a superpopulação das universidades, pois os exames de seleção nada avaliavam. Paulo Duarte acusava as instituições públicas e privadas de "industrializar" o ensino; as primeiras, com o intuito de obter mais verbas; as segundas, visando ao lucro. A existência de faculdades particulares com grande número de alunos não era vista pelo jornalista como democratização do ensino, mas como demagogia.

Quanto à questão financeira, Duarte apontou a necessidade de uma melhor fiscalização mais eficaz do uso de verbas, para evitar o desperdício de dinheiro público, e se mostrou favorável ao pagamento da universidade pública pelos alunos de classes abastadas. Era contrário ao empréstimo de dinheiro concedido pelo Estado aos estudantes para o financiamento do curso superior, pois entendia que o governo tinha grandes chances de levar um calote. Paulo Duarte defendia melhores salários para os professores, para que o ofício do magistério não se tornasse, definitivamente, um bico.

³² Comissão Especial de Inquérito sobre a USP – Íntegra dos esclarecimentos prestados pelo professor Paulo Duarte em 12 de maio de 1977, op. cit.

As análises impetuosas e as críticas mordazes de Paulo Duarte com relação ao ensino superior brasileiro e à Universidade de São Paulo mostraram-se, em alguns aspectos, bastante atuais e corretas. Desde os anos 50, ele tornava público os problemas latentes da USP. Essa missão o tornou esquecido pela história e pela memória da instituição. No entanto, como diz Sartre, cumpriu sua função de intelectual – *a tomada de consciência para todos*. Com isso, o intelectual torna-se suspeito a todos, pois é contestatário e traidor em potencial.

BIBLIOGRAFIA

ADUSP. **O livro negro da USP:** o controle ideológico da Universidade de São Paulo. São Paulo: ADUSP, 1978.

DUARTE, Paulo. **Processo dos Rinocerontes: razões de defesa e outras razões**. São Paulo: [s.n], 1967.

FERNANDES, Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 33-34.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 145.

ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 123-124. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 39).

PAULA, Maria de Fátima Costa de. **A modernização da universidade e a transformação do perfil da *intelligentia* universitária: casos USP e UFRJ**. 1998. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994, p. 14.

SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Nacional, Rio de Janeiro: Finep, 1979, p. 195.

WITTER, José Sebastião. **USP 50 anos: registro de um debate**. São Paulo: Reitoria da Universidade de São Paulo, 1984.